CONTAG 1963-2023

AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL E FORMAS DE AÇÕES COLETIVAS

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

mórula
EDITORIAL

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) celebra, no dia 20 de dezembro de 2023, 60 anos de fundação e de lutas por democracia, direitos, justiça social e desenvolvimento sustentável e solidário. Essa trajetória está documentada em muitas pesquisas, artigos, livros e iniciativas de registro da própria organização e dos agricultores e agricultoras.

Esta obra, de autoria do companheiro e pesquisador Marco Antonio Teixeira, sistematiza esse percurso e traz uma reflexão sobre a atuação de movimentos sociais a partir da caminhada histórica da Contag, destacando as diferentes conjunturas ao longo desse tempo e as variadas formas de ação da confederação, cuja atuação sempre buscou se pautar pelo diálogo amplo, plural, mas sem perder o sentido fundamental de sua missão e razão de existir — a defesa dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares.

O livro contribui para revelar que a Contag, nesses 60 anos, sempre reuniu diversos sujeitos, de várias regiões, etnias, culturas e com ampla diversidade de concepções e correntes de pensamento, unidos historicamente por suas similitudes de condições de vida, fato que contribui, inclusive, para a sua força.

ARISTIDES VERAS DOS SANTOS
Presidente da Contag

CONTAG 1963-2023

AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL E FORMAS DE AÇÕES COLETIVAS

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

mórula
EDITORIAL

Copyright © Marco Antonio Teixeira

Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

REVISÃO
Marília Pereira

PROJETO GRÁFICO
Patrícia Oliveira

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza — CRB 7/6439

T267c

Teixeira, Marco Antonio
Contag: 1963-2023: ações de reprodução social e formas de ações coletivas / Marco Antonio Teixeira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2023.
448 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-81315-58-0

1. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares. 2. Trabalhadores rurais – Brasil. 3. Agricultura familiar – Brasil. 4. Movimentos sociais – Brasil. I. Título.

23-83468 CDD: 305.9630981
CDD: 316.343-057.57(81)

Rua Teotônio Regadas 26 sala 904
20021_360 _ Lapa _ Rio de Janeiro _ RJ
www.morula.com.br _ contato@morula.com.br
/morulaeditorial /morula_editorial

SUMÁRIO

5 **PREFÁCIO** | Olhar a Contag por dentro
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS

17 **APRESENTAÇÃO**

25 **INTRODUÇÃO**

57 **UMA TRAJETÓRIA DA CONTAG**

143 **AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

189 **FORMAS DE AÇÕES COLETIVAS**

289 **ENTRE AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES DE REPRODUÇÃO SOCIAL**

363 **POSFÁCIO** | Contag, 2015-2023

379 **REFERÊNCIAS**

409 **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

417 **ANEXO 1** | Descrição das ações da Contag conforme tipologia das ações

422 **ANEXO 2** | Entrevistas consultadas

428 **ANEXO 3** | Diretorias da Contag, 1963-2023

445 **AGRADECIMENTOS**

PREFÁCIO

Olhar a Contag por dentro

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
Professora do CPDA/UFRRJ, pesquisadora do CNPq

No âmbito das Ciências Sociais, a literatura que se volta para o estudo dos conflitos, movimentos e formas de organização dos atores no campo no Brasil tem mostrado pouca preocupação com a análise do sindicalismo. Há muitas pesquisas sobre o período que antecede o golpe empresarial-militar de 1964, a maior parte delas focando movimentos específicos (ligas, associações), em determinadas localidades e unidades da federação, e que são fundamentais para a compreensão da dinâmica organizativa que se constituía, em especial a partir dos anos 1950.

Debruçando-nos sobre esses trabalhos, torna-se inevitável a pergunta: se os conflitos adquiriam escala ascendente, se eram recorrentes em diferentes pontos do país, se havia uma organização crescente e cada vez mais sólida, o que ocorre com eles em uma situação de forte repressão aos trabalhadores e trabalhadoras? É comum a resposta de que o período autoritário eliminou todas as formas organizadas de resistência e que os movimentos só reapareceram no início dos anos 1980, com a redemocratização. Se efetivamente a repressão, tanto a privada como a do Estado, eliminou lideranças e fragilizou as condições de mobilização e reivindicação, não é menos verdade que algumas bandeiras de luta se mantiveram vivas e se soldaram às resistências locais que continuavam ocorrendo em diversos pontos do país. Esse

fato não é produto do acaso: foi fundamental a ação do sindicalismo de trabalhadores rurais que se formalizou antes do golpe, mas que ganhou representatividade, se bem que limitada, em plena ditadura.

O pouco interesse por pesquisas sobre o que ocorreu em termos de organização no campo de meados dos anos 1960 ao final da década de 1970 revela um olhar que acaba por estigmatizar o sindicalismo que se constituiu naquele momento, descartando seu potencial como recurso organizativo e de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras[1]. Considerado "atrelado ao Estado", dados os limites que lhe foram impostos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), à qual nasceu subordinado, parece que pouco ou nada tinha para iluminar a reflexão sobre continuidades das lutas no campo. Com isso, menosprezou-se sua presença não só nos chamados "anos de chumbo", mas também ao longo da redemocratização e até os dias de hoje: os "movimentos" que proliferaram a partir dos anos 1980, com outras tradições organizativas e formas de ação, têm recebido atenção privilegiada das pesquisas. Sem dúvida, eles trazem importantes inovações em termos de construção de novos atores e ressignificação de antigas questões, mas isso não pode obscurecer a importância do sindicalismo rural.

Embora haja alguns estudos marcantes sobre sua história, em especial no seu período de formação, como os de Rudá Ricci (1999), Peter Houtzager (2004), Claudinei Coletti (1998), entre outros, ainda há muito que explorar sobre a complexidade das práticas da organização sindical que se constituiu a partir de 1962, quando é reconhecido o direito à sindicalização dos trabalhadores do campo, são criadas as primeiras federações sindicais estaduais, culminando em 1963 com a fundação da então chamada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, depois Confederação Nacional dos Trabalhadores

---

1 Da mesma forma, há um consenso sobre o papel das entidades patronais como Confederação Rural Brasileira e Sociedade Rural Brasileira na articulação do golpe, mas raríssimos estudos sobre elas nos anos subsequentes.

e Trabalhadoras na Agricultura e hoje Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Avançar nessa reflexão, a partir de referenciais teóricos que permitem olhar a ação sindical rural sob novos ângulos, é o desafio enfrentado por Marco Antonio Teixeira no presente livro. O autor se propõe a analisar o tema a partir de alguns elementos que marcam a história da Contag. Para tanto, escolhe algumas ações desenvolvidas ao longo de sua trajetória: congressos, mobilizações nacionais como os Gritos da Terra e as Marchas das Margaridas, mas também articulações internacionais, como é o caso da adesão à Confederação dos Produtores Familiares, Campesinos e Indígenas do Mercosul Ampliado (Coprofam). Com isso, trata quer de momentos internos de definição de diretrizes de ação, como é o caso dos congressos, quer de grandes mobilizações de rua. Paralelamente a esse resgate, vai mostrando como as possibilidades desses eventos são dadas pelo espectro de ações menos visíveis, "para dentro", mas fundamentais para que se possa entender como se produz esse coletivo.

Optando por tomar a Contag (e não federações filiadas ou a prática sindical localizada) como objeto de reflexão, o autor enfrenta o desafio de analisar um processo organizativo singular na história sindical do Brasil. Em primeiro lugar, porque, como já apontava Moacir Palmeira num texto seminal (Palmeira, 1985), o sindicalismo rural em nosso país é uma construção "de cima para baixo", no sentido de que, ao contrário do que se passou com as confederações sindicais urbanas, a confederação protagoniza a conformação de bandeiras e práticas que se estendem para as federações e sindicatos, por meio de processos formais e informais de formação de lideranças, envolvendo atividades como encontros, seminários, cursos, plenárias, congressos, circulação de publicações, como boletins e informes.

Esse conjunto de práticas vão constituindo, ao longo dos sessenta anos da trajetória da Contag, um modo de operar baseado em determinados princípios, cujo fundamento último é uma postura reivindicativa

em relação ao Estado, mas que se faz predominantemente dentro de determinados limites: o respeito às normas legais. Trata-se de demandar direitos (incluindo aí o direito à terra), fazer reivindicações de políticas públicas. Em situações favoráveis, mobilizar, realizar grandes eventos para mostrar sua força (e todos sabemos como os grandes números são centrais nas mobilizações), mas quase sempre cuidando de não se colocar em situações de confronto aberto com o Estado. Em alguns poucos momentos, como mostrado no livro, elas ocorrem, mas não se constituem a regra e são seguidas de busca de diálogo, com base nas leis vigentes.

A segunda singularidade é dada pelo fato de que, até 2015, quando foi criada, por um processo de dissociação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar), para representar com exclusividade esse segmento, a Contag falava pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, na sua diversidade de categorias, formas regionais e demandas específicas: assalariamento (com moradia, ou não, dentro das propriedades e apresentando, ao longo de sua história, uma enorme variação local), parceria, arrendamento, pequena propriedade, posse... Trata-se de situações que encontram definição legal, mas são marcadas por diferentes formas de vivenciar a exploração, de se ligar à produção, à terra, ao território e de construção de identidades. Basta observar as pautas e discussões de congressos, apresentadas com detalhes no livro, bem como atentar para a dinâmica e a dimensão expressiva das mobilizações, para perceber essa diversidade, que, não raras vezes, produziu estranhamentos e conflitos.

É esse conjunto complexo e seu movimento ao longo do tempo que a pesquisa de Marco Antonio Teixeira se dispõe a acompanhar. E o faz de forma cuidadosa e problematizadora.

O autor analisa sessenta anos da história da confederação (da sua fundação, em 1963, até 2023), o que lhe permite perceber como determinadas rotinas se estabelecem, práticas se consolidam e concepções se

estabilizam. Mas abrem espaço também para inovações que aparecem em grandes mobilizações nacionais, como é o caso dos Gritos da Terra Brasil (GTB) e das Marchas das Margaridas; na busca de articulação internacional; em debates sobre propostas programáticas, produto de costuras de divergências internas, como é o caso do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, resultado da aproximação, nos anos 1990, da Contag com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entidades até então portadoras de linhas de ação e concepções distintas sobre o papel do sindicalismo, mas com importantes convergências de bandeiras.

Ao longo desse processo, o autor mostra como vai se modificando a ação e a representação contaguiana. Se, ao longo da década de 1980 são os assalariados (e seu ciclo de greves) e a demanda por reforma agrária (em especial a partir das lutas dos posseiros) que dão visibilidade à ação sindical, na década seguinte, uma categoria se projeta: os chamados "agricultores familiares". Embora já presentes e reivindicando melhores condições de produção desde os anos 1970, os então chamados "pequenos produtores" ressignificam seu espaço, passam a se identificar a partir de uma determinada forma de trabalho (a familiar), vão ganhando força política e são reconhecidos pelo Estado com a criação de políticas públicas específicas, em especial o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). É essa categoria que passa a ser o centro da disputa por representação, inclusive com a criação, já no início dos anos 2000, de uma Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil), depois transformada em Confederação da Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil), ligada à CUT. Esse processo coloca em xeque a própria estrutura sindical e obriga a Contag a se repensar em termos de representação. Já mais recentemente, são os trabalhadores e trabalhadoras assalariadas que constituem uma organização própria. Com isso, se resolvem tensões internas, mas é um desafio para a pesquisa entender em que medida a herança da construção sindical contaguiana permanece ou até onde se rompe...

Embora o objeto da pesquisa, como o autor ressalta em diferentes momentos do texto, seja definido como as "atividades de reprodução" do sindicalismo, sem dúvida o trabalho abre uma porta instigante para questionamentos sobre as disputas internas e o processo conflituoso de construção de alguns consensos que permitem que a confederação busque se manter como representativa do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não se trata de um processo linear, mas carregado de tensões entre grupos internos, que envolvem representatividade regional, disputas de concepções entre diferentes vertentes e alinhamentos políticos do sindicalismo.

Nesse processo, há um esforço recorrente de construir e reconstruir uma unidade mínima entre propostas distintas sobre o modo de agir sindical e a respeito de que segmentos de suas "bases" são objeto de atenção prioritária a cada conjuntura tanto da política nacional, quanto da interna ao sindicalismo. E isso em um contexto particular em que grupos específicos se projetam na cena política como "movimentos", chamando a atenção para o que consideram limites da ação sindical e para as possibilidades de outros formatos organizativos, menos comprometidos com as estruturas oficiais e reconhecidas.

Com efeito, é nas duas décadas finais do século passado que se firmam o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que passa a disputar a bandeira da reforma agrária com o sindicalismo, inovando nas formas de ação e também no modo de organizar as famílias nas terras conquistadas; o Movimento dos Atingidos por Barragens; o Conselho Nacional dos Seringueiros; o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento das Quebradeiras de Coco de Babaçu; a organização dos quilombolas, o Movimento das Mulheres Camponesas... Embora a pesquisa se atenha à Contag, sem dúvida, não é possível pensar os passos desta organização independentemente da ampla disputa por falar em nome de segmentos dos trabalhadores do campo. Afinal, grande parte desses movimentos surgem a partir de críticas ao modo de agir do próprio sindicalismo,

das chamadas "oposições sindicais" que proliferam na segunda metade dos anos 1970 e na década de 1980, estimuladas, em especial, pela renovação da Igreja Católica sob os ventos da Teologia da Libertação. Não por acaso, o sindicalismo passa a se autodenominar, desde os anos 1980, como "movimento" sindical.

Buscando olhar a Contag por dentro, Marco Antonio Teixeira opta por investir nas entranhas de um processo pouco explorado nas pesquisas até agora disponíveis: a capacidade de autoconstrução de um todo, de um "movimento", que se apresenta na cena pública como unificado e voz do conjunto dos trabalhadores do campo. Trata-se de um equilíbrio delicado, uma arquitetura cuidadosa, que envolve relações de poder que vão reunindo federações e sindicatos em torno de algumas ideias-força, mas que, como já apontado, se erige sobre acirradas disputas em torno não só das diretrizes programáticas, mas também da capacidade de dar direção, não apenas formal, mas efetivamente política, a esse todo.

Caso exemplar é a filiação da Contag à CUT, em meados dos anos 1990, após uma década de busca de distância e neutralidade em relação às centrais sindicais existentes no país e, alguns anos depois, sua desfiliação e volta a uma posição de neutralidade, uma vez que, no início dos anos 2000, as federações se dividiram, uma parte mantendo-se na CUT, outra buscando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), fundada em 2007. Tudo sempre em nome da construção/manutenção da unidade, mote permanente, mas que vai ganhando diferentes contornos na medida em que essa mesma unidade começa a ser questionada por dentro.

O livro é solidamente ancorado em uma vasta pesquisa empírica que envolve não só trabalho com documentos, entrevistas, mas também uma vivência em alguns momentos do cotidiano da instituição, uma vez que o autor atuou como consultor em algumas atividades de pesquisa e formação. É esse tripé que lhe permite perceber e valorizar o que chama de "reprodução". Mas isso só é possível porque seu

olhar e escolhas são guiados por questões teóricas extremamente relevantes e adequadas: trata-se de iluminar um processo mais profundo e complexo que desvenda como uma organização se reproduz por meio de um conjunto de práticas não imediatamente perceptíveis. Focando o sindicalismo a partir dos processos que permitem perceber como, a partir do diverso e do contraditório, se conforma uma unidade, também mutável, o estudo ressalta como se constitui o dia a dia da ação sindical, em que as experiências formativas se desenvolvem, se produz o interconhecimento de tradições e culturas distintas de luta, costuras se fazem, e se criam as condições necessárias para o desenvolvimento das ações coletivas e a própria existência das organizações. Mas esse caminho não é simples: só pode ser trilhado se, metodologicamente, houver um giro no olhar, mediado quer por uma sólida formação teórica, quer pela argúcia da observação empírica.

Como caminho para a análise, o autor elege alguns eventos exemplares: os congressos, realizados com regularidade e que dão régua e compasso para as ações sindicais nos anos seguintes; os Gritos da Terra, grandes mobilizações anuais que buscam abrir canais de diálogo com os governantes para obtenção de políticas públicas; as Marchas das Margaridas, realizadas a cada quatro anos para apresentar as demandas das mulheres trabalhadoras que crescentemente ganharam visibilidade e construíram uma pauta própria, inclusive afirmando seu direito de representação dentro do sindicalismo e, portanto, de ocupar postos na hierarquia de poder sindical.

Essas mobilizações são momentos cruciais dos movimentos: nelas se produzem demandas, uma imagem para a imprensa e, por meio dela, a existência para o grande público. Por meio delas também se constrói a visibilidade necessária para se afirmar como força política frente ao Estado, em eventos performativos, marcado por grandes números, em que as demandas ao Estado são levadas ao Estado, ao mesmo tempo em que legitimadas para a sociedade e para dentro, fortalecendo a imagem da unidade (Champagne, 1998).

Ao longo do texto, a própria relação com o Estado é matizada e trabalhada em momentos conjunturais muito diferentes: o do período ditatorial em que a violência se abatia sobre os trabalhadores do campo, com suas várias dimensões até hoje ainda pouco conhecidas e que conforma um modo de agir "prudente", nas palavras de Regina Novaes (1997); a redemocratização, com possibilidade de construir demandas (nem sempre atendidas, claro), fazer grandes mobilizações e negociá-las, mas em contextos bastante distintos, alguns de possibilidade de pressão, de articulação com outras entidades ou de chamados à participação e ao diálogo, outros de fechamento de portas, como no governo Bolsonaro). Permeando-os, a tensão entre a emergência de políticas públicas que atendiam a segmentos de trabalhadores e trabalhadoras e o caráter limitado das ações de reforma agrária; a precarização crescente do trabalho rural, as migrações e as crescentes denúncias de exploração do trabalho em condições análogas à escravidão; a continuidade da violência, ora por meio do braço armado do Estado, ora pela sua omissão em relação às ações do poder privado.

Nesse processo, com rupturas e continuidades, vai se constituindo um modo de agir que, como antes apontado, valoriza o respeito à legislação vigente. Mas não se trata, como afirmado em diferentes momentos do livro, de mera subordinação à lei. O caminho é tipicamente o da mobilização da lei em favor dos trabalhadores e trabalhadoras, particularmente, a relacionada às condições de trabalho, como foi o caso das greves do início dos anos 1980, feitas respeitando a lei de greve do regime militar. Mas também no que diz respeito ao acesso à terra, inicialmente com base no Estatuto da Terra, elaborado na ditadura empresarial militar e que definia as condições em que seriam possíveis as desapropriações para assentamento de trabalhadores rurais e apontava para o projeto modernizador da ditadura para o campo. Depois, com base na Constituição de 1988 e legislação complementar. No caso dos conflitos fundiários, estimulando federações e sindicatos a tomar conhecimento do que se passava em suas

áreas de ação, a produzir relatos detalhados dos conflitos. Não foram poucas as denúncias feitas pela Contag, ao longo da ditadura, sob a forma de ofícios, mas que mantinham, apesar do procedimento "administrativo" (Palmeira, 1985), trocas, produção de conhecimento e delineamento de estratégias de ação. Em que pese poucas terem eco, foram fundamentais para o processo de construção do movimento e criação de um *habitus* específico no tratamento das questões fundiárias, ao mesmo tempo que se definiam algumas das condições de construção do próprio movimento: a constituição de um corpo de assessores com formação em Direito, cursos de formação em que a legislação era uma das âncoras importantes. O fundamental era difundir direitos como condição da ação sindical.

Marco Antonio Teixeira, com suas opções analíticas, atualiza velhos debates, mostrando a pouca fertilidade da oposição entre organização e movimentos sociais, como se as ações coletivas, organizando-se, perdessem uma certa espontaneidade e flexibilidade, sendo aprisionadas pelas organizações e estruturas de poder que lhes são próprias. Ou ainda das visões que tendem a olhar apenas para a dimensão expressiva das lutas sociais que aparecem nas grandes mobilizações, levando ao que Melluci (2001) chama de "cegueira do visível", que ignoram as redes submersas, que entrelaçam atores e, de alguma forma, os produzem.

O livro suscita inúmeras questões, na medida em que o sindicalismo, pelo seu caráter de reconhecimento oficial, é o canal por onde se criam adesões pontuais para inclusive garantir acesso a outras políticas públicas, não só as voltadas à produção como também as dirigidas à reprodução dos indivíduos e suas famílias. É importante lembrar que os sindicatos de trabalhadores rurais, até há bem pouco tempo, eram as instituições que podiam dar declaração que habilitava o trabalhador, por exemplo, a solicitar direitos previdenciários. Assistencialismo? Resposta simples em um país em que o acesso a direitos no campo enfrenta inúmeras dificuldades e que não dá conta da possibilidade das ações sindicais cotidianas politizarem a prestação de serviços assistenciais.

Ainda resta como questão pesquisar e discutir a relação do sindicalismo, em suas diferentes vertentes, com o Poder Legislativo, não só apresentando demandas, pressionando e negociando emendas com deputados, mas também buscando eleger quadros advindos de suas bases para o Congresso e, assim, abrir possibilidade de outras formas de ação política.

Ao longo dos últimos anos, permanecem alguns temas espinhosos a serem consideradas na trajetória do sindicalismo rural: algumas bandeiras parecem ter se fragilizado pelo caminho, em especial a da luta por terra, que foi sendo cada vez mais protagonizada por outras organizações, como é o caso do MST, que combinam confronto (as ocupações) com a negociação. Sem dúvida, o sindicalismo promoveu muitas ocupações e conseguiu a realização de muitos assentamentos. Mas, é o Movimentos dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ganhou reconhecimento e se constituiu na esfera pública como a expressão mais acabada da luta pela reforma agrária, uma luta que se desdobra não só no acesso à terra, mas em propostas de organização social e produtiva dos assentados. Além disso, identidades múltiplas emergem (quilombolas, seringueiros, ribeirinhos etc.) conformando grupos, fazendo mobilizações e demandas que trazem novos desafios para a representação sindical. Paralelamente, o trabalho em condições análogas à escravidão é uma chaga que permanece e que mostra as dificuldades da ação sindical em determinadas esferas.

São muitas as reflexões teóricas e empíricas que o livro provoca. Trata-se de uma leitura fundamental para entender a atuação da Contag, à qual não tem se dado o devido destaque, mas que há sessenta anos tem trazido para o debate questões centrais não só referentes ao mundo rural brasileiro, mas à sociedade em que vivemos.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião*. O novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1998.

COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

HOUTZAGER, Peter. *Os últimos cidadãos*. Conflito e modernização no Brasil Rural. São Paulo: Globo, 2004.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma.* Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, pp. 43-51, 1985.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém*: Representação Sindical Rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

APRESENTAÇÃO

Bráulio Rodrigues da Silva foi a primeira pessoa que eu entrevistei no contexto de uma pesquisa. Era setembro de 2005 e eu estava no quarto período da graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). A entrevista fazia parte das minhas atividades como bolsista de iniciação científica. Eu trabalhava em um núcleo de pesquisa focado em estudos sobre trabalho e desenvolvia um projeto sobre as lutas de trabalhadores e trabalhadoras rurais por terra no Rio de Janeiro nos anos 1960 e 1970, que acabou resultando no meu trabalho de conclusão do curso, "Os trabalhadores rurais e as lutas no campo na Baixada (1964-1979)" (Teixeira, 2009).

Seu Bráulio, como era conhecido, foi uma importante liderança da luta de trabalhadores e trabalhadoras rurais no Rio de janeiro[2]. Engajou-se na luta pela defesa da posse da terra nos anos 1940 em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, cidade onde nasci e vizinha daquela em que morei até me tornar adulto. Sua atuação política era parte de um conjunto de lutas que aconteciam nas áreas rurais de diversas partes do país — lutas de posseiros, de arrendatários, salariais e pela organização de trabalhadores em torno de associações, ligas e sindicatos. Essas lutas deram as condições para a criação de organizações sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais no país, no começo dos anos 1960, das quais Seu Bráulio participou.

---

2 A trajetória de Bráulio Rodrigues da Silva foi documentada no livro "Bráulio Rodrigues da Silva. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense". Ver Silva e Medeiros (2008).

O golpe de 1964 selou o destino de Seu Bráulio, que, assim como diversos outros militantes políticos de esquerda, foi perseguido e preso. Mas ele nunca abandonou a luta. Com o arrefecimento da repressão, a sua atuação política, que estava pouco visível nos anos da ditadura, pôde novamente ganhar mais visibilidade pública. Entre diversas causas, se engajou na luta pela desapropriação da área que se tornou o assentamento Cachoeira Grande nos anos 1980, em Magé, também na Baixada Fluminense. Essa área veio a se tornar o local de moradia de Seu Bráulio e foi onde ocorreu aquela primeira entrevista. Naquele momento, eu ainda não tinha a dimensão real da importância daquele sujeito para a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Sua atuação política estava na origem do que veio a se tornar o sindicalismo rural.

Anos depois, em 2010, voltei ao assentamento Cachoeira Grande e também aos assentamentos vizinhos, América Fabril e Conceição de Suruí. Tratavam-se de áreas separadas por uma estrada, com características físicas bastante similares e com históricos de ocupação que as entrelaçavam. Cachoeira Grande foi ocupada desde o final do século XIX, principalmente como área de moradia para os funcionários de uma unidade da Companhia América Fabril, uma empresa têxtil criada em 1878, com o nome Fábrica de Tecidos Pau Grande, e que foi a fábrica têxtil brasileira com maior volume de capital no setor após a Primeira Guerra Mundial. Já as áreas conhecidas como América Fabril e Conceição de Suruí foram sendo ocupadas, principalmente, nos anos 1950 e 1960, por pessoas com origem na área de Cachoeira Grande, como parentes dos funcionários da fábrica, e de outras partes do estado e do país que buscavam um pedaço de terra para viver e trabalhar.

As terras ocupadas por aqueles que passaram a se reconhecer como "posseiros" se valorizaram e logo algumas pessoas reclamaram a sua propriedade, os que ficaram conhecidos como "grileiros". Para lutar pelo direito de permanecer nas terras em que viviam há anos, os "posseiros" buscaram o apoio do Sindicato de Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais (STTR) de Magé. Uma das principais lideranças dessa disputa foi Antônio Ernesto Neto, que havia migrado da Paraíba para o Rio de Janeiro em busca de um pedaço de terra, chegando em Magé no começo dos anos 1960. Sua origem o levou a ser conhecido como Antônio Paraíba. Eu o chamava de Seu Antônio e tive a oportunidade de entrevistá-lo algumas vezes em seu sítio em Conceição de Suruí, onde vivia há décadas. A primeira vez foi em maio de 2010.

Seu Antônio se tornou liderança sindical, foi presidente do STTR de Magé e ocupou cargos na Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ). Naquele momento, aprendi com ele, entre outras coisas, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) atuou durante a ditadura, sob repressão e ameaças políticas de policiais, exército e agentes empresariais. Um dos resultados principais dessa luta foi a desapropriação das áreas América Fabril e Conceição de Suruí ainda nos anos 1970.

Anos depois, a falência da Companhia América Fabril levou os seus donos a reclamarem a devolução das casas e terras de Cachoeira Grande, onde os seus antigos funcionários viviam e trabalhavam há décadas, muitos deles cultivando a terra. Essa situação levou os moradores de Cachoeira Grande a se organizarem e lutarem pela permanência na área onde viviam. A proximidade física e a memória das lutas nas áreas vizinhas os levaram a procurar o apoio do STTR de Magé, que mediou e apoiou os trabalhadores rurais a conquistarem a desapropriação no início dos anos 1980.

Novamente, Seu Antônio teve atuação marcante naquele caso, assim como o STTR de Magé e a Fetag/RJ. Essa luta levou os moradores de Cachoeira Grande, que se reconheceram como "posseiros", a conquistarem a desapropriação nos anos 1980. A história da luta pela desapropriação das áreas América Fabril, Conceição de Suruí e Cachoeira Grande resultou na minha dissertação de mestrado, "Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ" (Teixeira, 2011), defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências

Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), sob orientação da Professora Leonilde Servolo de Medeiros.

No mesmo ano em que terminei o mestrado, em 2011, fui contratado como consultor pela Contag para trabalhar em um projeto na política de desenvolvimento territorial. O projeto incluía a realização de atividades de pesquisa e formação com lideranças sindicais do Rio de Janeiro. Sem ter tido nenhum vínculo direto com a Contag até então, apenas por meio de trabalhos acadêmicos ou histórias de lideranças sindicais fluminenses dos anos 1960, 1970 e 1980, por meio da consultoria tive a primeira oportunidade de ir à sua sede, em Brasília, onde conheci seus escritórios e o Centro de Estudo Sindical Rural (Cesir).

Aquele momento marcou a minha aproximação com a Contag e a Fetag/RJ, onde eu atuava diretamente, permitindo-me conhecer um pouco do MSTTR na atualidade. Após o término do projeto, fui contratado como consultor em outra iniciativa, que também se concentrava em políticas públicas, mas o foco, dessa vez, estava no crédito fundiário. Ao longo dos quatro anos em que tive relação de consultor com a Contag, tive a chance de ir a diversas atividades sindicais nacionais, regionais e estaduais, como o Encontro Nacional de Formação da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc) (2011) e o 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Contag (2013). Em meio a essas atividades, iniciei o doutorado em 2013 e elegi a Contag como meu tema de pesquisa.

O livro que apresento aqui é uma versão editada e revisada da tese de doutorado que apresentei ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2018, sob orientação do professor Breno Marques Bringel. A pesquisa para a elaboração deste livro foi realizada entre 2013 e 2018. O meu envolvimento e aprendizagem sobre o MSTTR, que de alguma forma orienta este livro, no entanto, é devedor da minha trajetória de pesquisa e do meu

trabalho com o movimento sindical, construída em relação com trabalhadores e trabalhadoras rurais e lideranças sindicais como Bráulio Rodrigues da Silva, Antônio Ernesto Neto e tantas outras que entrevistei ou tive a chance de conhecer desde 2005. A todos eles e a todas elas, dedico este livro.

Mas por que estudar a Contag? Com a história que contei acima, espero ter conseguido explicar como se constituiu a minha motivação para elaborar a tese e, agora, o livro sobre a Contag. Mas isso é somente parte da história. A outra parte é a motivação que se conformou em um duplo incômodo. O primeiro era o de não encontrar trabalhos acadêmicos suficientes sobre a atuação da Contag. A despeito de ter lido estudos de vários pesquisadores e pesquisadoras sobre o MSTTR, ainda havia poucos estudos sobre a Contag em si, como os de Luzia Guedes Pinto (1979), Leonilde Medeiros e Joaquim Soriano (1984), Ricardo Tavares (1992), Rudá Ricci (1999) e Arilson Favareto (2006). Não havia muitos trabalhos recentes sobre a Contag ou estudos que se dedicassem a interpretar a trajetória da entidade ao longo de toda a sua atuação e não somente restrita a certos períodos, como os trabalhos de Leonilde Medeiros (2014a) e Carolina Ramos (2011a), ou a algumas de suas mobilizações, como o de Vilênia Aguiar (2015) sobre a Marcha das Margaridas ou de Priscila Delgado de Carvalho (2018) sobre as articulações transnacionais.

O segundo incômodo tinha a ver com a visão difundida entre várias pessoas, de lideranças de movimentos sociais a acadêmicos, sobre a atuação da Contag: a de que se tratava de uma organização que havia sido "pelega" durante a ditadura ou que era muito "desmobilizada". O que eu lia, observava e descobria em minhas pesquisas e vivências com a Contag não correspondia a essa visão. Uma vez, quando já fazia o doutorado, fui confrontado com a pergunta de um pesquisador sênior: por quê estudar a Contag se ela tinha sido uma entidade "pelega" durante a ditadura? Sua pergunta era baseada em uma determinada concepção de luta política e no desconhecimento da trajetória

da Contag. Eu estava convencido de que a história da confederação precisava ser mais estudada e contada.

Afinal, seria possível entender a emergência de vários movimentos sociais no campo a partir dos anos 1980 sem se referir à Contag, suas federações e sindicatos? Falo aqui das ocupações de terra no sul do país que deram origem ao MST e dos empates e da luta de seringueiros no norte do país, por exemplo. É possível falar da luta dos canavieiros no Nordeste e em várias partes do país no final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980 sem entender a atuação da Contag? É possível compreender o I Plano Nacional de Reforma Agrária desenvolvido no governo José Sarney (1985-1990) sem a atuação da Contag? Ou a Constituinte de 1988? E a conquista da previdência social rural? Do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)? É possível entender a formação da liderança de Margarida Maria Alves e a Marcha das Margaridas sem falar da Contag? A esse ponto, você já pode imaginar a resposta para essas perguntas. Se não, espero com este livro ajudar a respondê-las.

Embora a tese esteja acessível a quem desejar consultá-la em bibliotecas físicas e digitais, como o Portal de Teses da Capes, as características de um trabalho acadêmico de doutorado deixam, muitas vezes, a tese restrita a um universo bastante limitado. Publico este livro com a intenção de que os resultados desta pesquisa cheguem a um público maior do que o acadêmico; de que pessoas interessadas na trajetória da Contag, que não necessariamente estão na academia, possam acessar este trabalho de forma direta, o que talvez não acontecesse se a pesquisa ficasse restrita às bibliotecas universitárias. Publico também para homenagear e fazer justiça à história da Contag, tão pouco presente em livros de ampla circulação.

Suprimi aqui muitas das discussões teóricas desenvolvidas na tese. Entendo, no entanto, que este livro também chegará a pesquisadores e pesquisadoras interessados nos temas aqui tratados. Por isso, convido a quem desejar se aprofundar nas discussões teóricas relacionadas ao tema a consultar a íntegra da minha tese de doutorado (Teixeira, 2018).

Apesar de nutrir o desejo de publicar este livro há anos, este era um projeto em suspenso principalmente por dois motivos. Em primeiro lugar, pela falta de tempo para me dedicar a edição. Desde que terminei o doutorado, trabalhei por dois anos como coordenador de projetos prestando serviços para organizações da sociedade civil nas áreas de filantropia, fortalecimento institucional, justiça socioambiental e mudanças climáticas. Depois disso, e desde 2019, tenho trabalhado como pesquisador de pós-doutorado, baseado na Alemanha, onde lidero um grupo de pesquisa, inclusive com pesquisa relacionada ao universo do sindicalismo rural, focado sobretudo na mobilização das mulheres do campo, da floresta e das águas no contexto da Marcha das Margaridas. Em segundo lugar, pela falta de recursos financeiros para a edição.

Esses empecilhos começaram a ser resolvidos quando fui procurado pela assessora de formação da Contag, Raimunda de Oliveira, que, em nome da confederação e no marco das atividades que vão celebrar os 60 anos da Contag, ofereceu o apoio material para publicar este livro. O apoio, porém, foi além, e se traduziu em incentivo e suporte com a identificação de fontes e informações sobre o que aconteceu depois do marco final desta pesquisa, em 2015. Como este livro vem a público oito anos após a pesquisa — e, bom, como esses oito anos foram cruciais na história do Brasil —, escrevo um pouco sobre o cenário da Contag nessa conjuntura, texto publicado como posfácio.

Também foi importante para tornar a publicação realidade a premiação da tese na terceira edição do prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley, concedido pela Rede de Estudos Rurais em 2021. O reconhecimento do trabalho por pares serviu para dar mais visibilidade ao estudo sobre a Contag e, por sua vez, motivação para tornar o trabalho mais acessível a um público mais amplo.

Estamos em 2023, ano em que a Contag completa seu 60º aniversário. Contraditoriamente, a importância política, social, cultural e econômica dessa entidade, não só para o meio rural brasileiro, mas para o país, não se reflete na quantidade de estudos voltados a entender

e analisar a sua trajetória. Por isso, espero que a edição deste livro no marco dos 60 anos da Contag chegue para suprir parte desta lacuna e sirva para motivar mais pesquisadores e pesquisadoras a se voltarem ao estudo da mais antiga confederação de trabalhadores e trabalhadoras rurais do país. Arquivos e fontes inexploradas para isso, eu garanto, não faltam. Desejo também que o livro nutra reflexões e debates de trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças sindicais e de outros movimentos sociais.

Com isso, estaremos não só colaborando para dar visibilidade à trajetória da Contag, mas sobretudo contribuindo para um maior e melhor conhecimento sobre a origem da comida que nos alimenta; sobre a distribuição desigual de terras que nos levou a ser um dos países com maior concentração de terras no mundo; sobre as disputas por territórios e bens comuns; sobre a luta por direitos que deem condições de vida dignas no campo para crianças, jovens e pessoas da terceira idade, agricultores e agricultoras familiares, assalariados e assalariadas rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas, pescadores e pescadoras, extrativistas, quebradeiras de coco, assentados e assentadas da reforma agrária, camponeses e camponesas e tantos outros sujeitos políticos que se conformaram no meio sindical ou em relação a ele. Em resumo, conhecer a trajetória da Contag é também conhecer um pouco da formação do Brasil desde a segunda metade do século XX e, portanto, conhecer um pouco sobre o país que nos tornamos.

Este livro foi impresso em 2023 e faz parte das celebrações dos 60 anos de fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Com apoio da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc), foi impresso na gráfica Rotaplan em papel pólen natural 80g/m² no miolo e cartão triplex 300g/m² na capa, com a tipografia Calluna e Bebas Neue.

MARCO ANTONIO TEIXEIRA é pesquisador de pós-doutorado na Universidade de Heidelberg, onde lidera o Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia. Doutor em Sociologia (IESP-UERJ), mestre em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ), bacharel em Ciências Sociais pela UERJ e bacharel e licenciado em História pela UNIRIO. Vencedor da 3ª edição do prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley de melhor tese de doutorado concedido pela Rede de Estudos Rurais (2021). Atua principalmente nas áreas de sociologia política, ambiental, dos movimentos sociais, da alimentação, feminismos e mudanças climáticas.

O presente livro merece ser duplamente celebrado, pois chega em um momento simbólico de 60 anos da Contag e, ao mesmo tempo, cobre uma lacuna ao fazer um balanço sistemático dessa longeva trajetória. Resultado de mais de uma década de pesquisa colaborativa, Marco Antonio Teixeira nos presenteia com muito mais do que uma reconstrução histórica da Contag. Os leitores e leitoras também encontrarão nessas páginas as vozes dos sujeitos sobre suas experiências e uma análise da organização em movimento, suas diferentes formas de mobilização e as ações submersas que permitem sua reprodução social.

BRENO BRINGEL
Professor do IESP-UERJ

ISBN 978658131558-0

mórula
EDITORIAL